



# Agroecologia e Economia Solidária: trajetórias, confluências e desafios

Cláudia Job Schmitt e Daniel Tygel

*Os movimentos contemporâneos são profetas do presente. Não têm a força dos aparatos, mas a força da palavra. Anunciam a mudança possível, não para um futuro distante, mas para o presente da nossa vida.*

*Alberto Melucci*

Este artigo busca explorar as convergências existentes entre dois campos distintos de contestação social e de construção de práticas alternativas: a *Economia Solidária* e a *Agroecologia*. Tanto um como o outro possui uma história bastante recente de articulação em nível nacional. O I Encontro Nacional de Agroecologia realizou-se no Rio de Janeiro em julho-agosto de 2002. Nesse mesmo ano foi organizada, em São Paulo, a I Plenária Nacional de Economia Solidária.

A constituição de cada um desses pólos de articulação social e política resulta de uma trajetória descontínua e multipolar de construção de convergências e identidades. Na verdade, é difícil precisar em que momento a *Agroecologia* ou a *Economia Solidária*<sup>1</sup> passam a existir como manifestação de uma rede mais ampla de solidariedades e interesses, estabelecendo objetivos capazes de aglutinar seus diferentes

---

<sup>1</sup>Faremos referência, em vários momentos do texto, de uma forma genérica, à Agroecologia ou à Economia Solidária. Esses termos aparecem, no entanto, sempre grifadas. Como deixaremos claro ao longo do artigo, essas noções não se referem nem a um agente específico nem a sistemas unificados de princípios e práticas. Tratam-se, no nosso entender, de campos dinâmicos de relações, nos quais coexistem vetores de unidade e linhas de diversidade.

agentes, identificando seus opositores e inscrevendo suas ações em um universo partilhado de significados. A segunda metade da década de 90 foi, sem dúvida, um momento importante de multiplicação de iniciativas de base local e de enlace entre grupos e regiões, desaguando, no período mais recente, na construção de redes de abrangência nacional.

As formas organizativas assumidas pela *Agroecologia* e pela *Economia Solidária* – movimentos estes que descrevem a si próprios, frequentemente, não como movimentos sociais, mas sim, como *redes de redes, espaços de articulação e diálogo, articulações de movimentos sociais e organizações* – refletem seu caráter heterogêneo e mutável. Essas identidades mobilizam um amplo grupo de *unidades diversificadas e autônomas* – pessoas, redes e organizações – cuja solidariedade interna resulta de um permanente trabalho de construção e reconstrução (MELUCCI, 2001). Desnecessário dizer que a presença dos mediadores (indivíduos ou organizações), capazes de promover a interligação entre mundos diferenciados em uma mesma visão de mundo, figura como um elemento fundamental no processo de construção dessas identidades.

Como observa Melucci (2001)(...) *os movimentos nas sociedades complexas são redes submersas de grupos, de pontos de encontro, de circuitos de solidariedade, que diferem profundamente da imagem do ator coletivo politicamente organizado. Configuram-se como estruturas em estado de latência, nas quais cada célula vive uma vida própria, mantendo, ao mesmo tempo, uma série de relações através da circulação de informações e pessoas. Em momentos descontínuos, no tempo e no espaço, essas estruturas se tornam visíveis, emergindo através de diferentes processos de mobilização coletiva.*

O caráter contra-hegemônico dessas ações de resistência ao *modelo de desenvolvimento econômico que perpetua a dominação das elites agrárias no meio rural*<sup>2</sup> ou ao *modo capitalista de organizar as relações dos seres humanos entre si e destes com a natureza*<sup>3</sup>, contribui, sem dúvida, para que as mesmas apresentem um caráter descontínuo e, por vezes, contraditório. Como observa Santos, o êxito dessas alternativas de produção e de organização comunitária no que diz respeito à realização de seu potencial emancipatório depende, em boa medida, de sua capacidade de integrar processos de transformação econômica e mudanças culturais, sociais e políticas, construindo redes de colaboração e apoio mútuo e estabelecendo laços com um movimento social mais amplo (SANTOS, 2002).

Se forem compreendidas como parte de um sistema abrangente de ação social e não como iniciativas isoladas, as ações de promoção da *Economia Solidária* e da *Agroecologia*, em suas diferentes escalas, incorporam, também, dimensões de um movimento social, expressando conflitos, entre diferentes atores, nos quais estão em disputa modelos de sociedade. É fundamental compreender, no entanto, que nas práticas cotidianas desses grupos e organizações, a *resistência ao capitalismo* e a *sobrevivência dentro do capitalismo* fazem parte de uma mesma equação. Em seu agir, estão presentes demandas e contradições de diferentes tipos, refletindo os múltiplos pertencimentos através dos quais se constroem suas identidades.

Nosso objetivo, nesse trabalho, não é, no entanto, engessar os atores engajados na promoção da *Agroecologia* ou da *Economia Solidária* em nenhum tipo de lógica classificatória. Trata-se, antes de tudo, de potencializar possibilidades de diálogo, identifi-

<sup>2</sup> Carta Política do II Encontro Nacional de Agroecologia.

<sup>3</sup> Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Sobre o FBES. Princípios da Economia Solidária. Disponível em: [www.fb.es.org.br](http://www.fb.es.org.br).

cando confluências e sugerindo desafios, refletindo sobre concepções, estratégias e formas de organização que são, por natureza, mutáveis, referenciadas em experiências históricas permanentemente recriadas nos embates do presente.

## I. Um pouco da história

### I.1 Cultivando reciprocidades: a Economia Solidária e sua trajetória no Brasil

No Brasil a *Economia Solidária* surge (ou ressurge) historicamente, sobretudo a partir dos anos 80, com base em um grande leque de experiências associativas que passam a se organizar, no campo e na cidade, em distintos contextos econômicos e sociais. Empresas falidas ou em crise, recuperadas pelos trabalhadores; grupos e associações comunitários de caráter formal ou informal; associações e cooperativas constituídas por agricultores(as) familiares e assentados da reforma agrária; cooperativas urbanas (de trabalho, consumo e serviços); grupos de finanças solidárias, entre outras iniciativas, integram as práticas organizativas, bastante diversificadas, presentes nessa construção. É somente nos anos 1990, no entanto, que o termo *Economia Solidária* passa a ser mais amplamente utilizado, articulando conceitualmente essas distintas experiências, seja em seu questionamento ao sistema econômico capitalista, seja como uma estratégia coletiva de geração de trabalho e renda.

Segundo Motta, (...) a expressão *Economia Solidária* possibilitou a junção de diversos tipos de experiências num mesmo campo de ideias e o agrupamento de diversas entidades, instituições e pessoas em torno de objetivos comuns. O que a *Economia Solidária* trouxe de original foi uma nova forma de organizar uma série de práticas já existentes, as quais, por sua vez, em sua articulação, passaram a se constituir como pólo animador de outras tantas iniciativas, em um contexto marcado pela crise do desemprego, pela liberalização dos mercados e pela intensificação dos processos de exclusão social.

Importante destacar que o tecido social que alimenta a construção das práticas de *Economia Solidária* no Brasil não se restringe aos empreendimentos econômicos solidários propriamente ditos. Enquanto campo de articulação social e política, a mobilização social em torno da construção desta *nova economia* reúne os mais diversos agentes: organizações sindicais, ONGs, acadêmicos de diversas áreas, religiosos, gestores públicos, entre outros. Envolve, além disso, um grupo abrangente de organizações de apoio e de articulação, como as Incubadoras Universitárias Tecnológicas de Cooperativas Populares; a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão e de Participação Acionária (ANTEAG); a Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB); a Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores (ADS-CUT); a União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES); a Central das Cooperativas e Empreendimentos Solidários (UNISOL); organizações ligadas à Igreja Católica como a Cáritas Brasileira e o Instituto Marista de Solidariedade (IMS); além de ONGs como o Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas (IBASE), a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) e o Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), entre tantas outras.

No Brasil, o termo *Economia Solidária* acabou, de certa forma, se sobrepondo a outras designações como economia social, economia de solidariedade, socioeconomia solidária, economia popular e solidária, economia do trabalho, apenas para citar algumas. Na maneira como tem sido correntemente utilizado remete, simultaneamente, a uma forma específica de organização das atividades econômicas (da produção ao consumo), aos empreendimentos econômicos geridos pelos trabalhadores com base em práticas associativas e solidárias e ao movimento político de articulação entre os diferentes agentes identificados com a *Economia Solidária*.

Do ponto de vista conceitual, a *Economia Solidária* tem sido objeto de diferentes interpretações, configurando-se como um campo prático e discursivo no âmbito do qual convivem múltiplas posições.<sup>4</sup> Como elementos nucleadores, que seriam, pelo menos em princípio, transversais às distintas visões sobre a *Economia Solidária*, merecem destaque: (i) a valorização do trabalho, do saber e da criatividade dos seres humanos, afirmando sua supremacia em relação ao capital; (ii) a identificação do trabalho associado e da propriedade associativa dos meios de produção como elementos fundamentais na construção de formas renovadas de organização econômica, baseadas na democracia, na solidariedade e na cooperação; (iii) a gestão democrática dos empreendimentos pelos próprios trabalhadores (autogestão); (iv) a construção de redes de colaboração solidária como forma de integração entre os diferentes empreendimentos.

Parece haver um consenso em torno da ideia de que a Economia Solidária parte de uma racionalidade distinta da economia capitalista. As novas relações sociais e econômicas, mediadas pelo trabalho associado e pelos princípios de solidariedade e cooperação, desenvolvidas no âmbito dessa *nova economia*, *requalificam os sentidos do trabalho, da produção, do consumo e das trocas* (Pinto, 2006), fortalecendo práticas de reciprocidade e contrariando a ideia de que o ser humano se comportaria, naturalmente, com base no desejo de maximizar seu lucro. Bastante distintas são, no entanto, as percepções das diferentes correntes teóricas que hoje influenciam o pensamento sobre a *Economia Solidária* em relação ao seu *papel* ou ao seu *lugar* na transformação do modo de produção capitalista.

Os dados registrados no Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), atualizados em 2007, são indicativos do movimento de disseminação dos empreendimentos solidários no Brasil nas últimas duas décadas. De um universo total de 21.578 empreendimentos, 34% deles haviam iniciado suas atividades na década de 1990, e 56,6% entre 2000 e 2007. Essa expansão tem ocorrido juntamente com todo um processo de articulação social e política das organizações da *Economia Solidária* em diferentes níveis territoriais e também no plano nacional.<sup>5</sup>

Durante o período preparatório do I Fórum Social Mundial (FSM), em 2001, foi formado o chamado GT Brasileiro, constituído por organizações e redes vinculadas a um amplo conjunto de práticas e segmentos da *Economia Solidária*, surgindo como

<sup>4</sup> Para uma discussão sobre as diferentes vertentes de interpretação sobre a economia solidária ver: PINTO, 2006 e PAULI, 2006. Sobre a história de economia solidária no Brasil ver: SINGER, 2002.

<sup>5</sup> O SIES surgiu de uma iniciativa conjunta da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Funciona, atualmente, com base em um modelo de gestão participativa, por meio de uma Comissão Gestora Nacional, com participação de representantes do Estado e da sociedade civil, e Comissões Gestoras Estaduais. Para consulta aos dados do SIES ver: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>. Consultado em outubro de 2009.

uma primeira expressão nacional desse campo no Brasil. Na I Plenária Nacional de Economia Solidária, realizada logo após a eleição de Lula, em 2002, foi iniciado o debate sobre a Plataforma, a Carta de Princípios e a criação de um Fórum de Economia Solidária de âmbito nacional. No Fórum Social Mundial, de 2003, o governo Lula anunciaria a criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária. A II Plenária Nacional de Economia Solidária, também realizada durante o FSM-2003, serviu como ponto de partida de um processo de mobilização, nos diferentes estados brasileiros, tendo como objetivo discutir identidade, plataforma, lutas, caráter e composição de um Fórum Nacional. Em junho de 2003, na III Plenária Nacional da Economia Solidária, com participação de cerca de 800 delegadas(os), indicadas(os) através de dezoito plenárias estaduais, foi criado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), do qual participam três segmentos distintos: os empreendimentos solidários, as entidades de assessoria ou fomento e os gestores públicos articulados em rede.<sup>6</sup>

De acordo com as definições da IV Plenária Nacional da Economia Solidária, ocorrida em março de 2008, o FBES constitui-se como

*(...) um instrumento do movimento da Economia Solidária, um espaço de articulação e diálogo entre diversos atores e movimentos sociais pela construção da Economia Solidária como base fundamental de outro desenvolvimento socioeconômico do país que queremos (...).*

Figuram como instâncias políticas do FBES os Fóruns Locais (estaduais, microrregionais e municipais), a Plenária Nacional, a Coordenação Nacional e os Grupos de Trabalho.

## **1.2 Nas redes da Agroecologia: das práticas de inovação socioambiental à disputa por um modelo de desenvolvimento rural alternativo**

Em junho de 2006, foi organizado, em Recife, o II Encontro Nacional de Agroecologia (II ENA). Participaram do evento 1.731 pessoas, oriundas de diferentes regiões do país.<sup>7</sup> O encontro envolveu um intenso processo preparatório mantendo, a exemplo do que já havia ocorrido no I ENA, uma forte ancoragem nas experiências agroecológicas de produção familiar.<sup>8</sup> Essa orientação resultou na presença de um número bastante significativo de produtores(as) familiares<sup>9</sup>, representando, aproximadamente, 57% do universo total de participantes do Encontro. O restante do público, enqua-

<sup>6</sup> Na III e IV Plenárias Nacionais de Economia Solidária, o movimento decidiu pela permanência de gestores públicos no FBES, contanto que não representassem o órgão ao qual estivessem vinculados, mas, sim, articulados em uma rede própria, e com isso levando posições desse espaço.

<sup>7</sup> O II ENA foi organizado pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), constituída em 2002 por ocasião do I ENA.

<sup>8</sup> A noção de experiência, frequentemente utilizada quando se trata de designar as iniciativas locais de promoção da Agroecologia protagonizadas por diferentes categorias de produtores familiares, traz consigo uma forte dualidade. Por um lado, remete a um conjunto de conhecimentos, habilidades, noções e princípios, adquiridos ao longo do tempo e que dão um sentido e uma identidade a um conjunto de práticas. Ao mesmo tempo, na forma como esse termo é comumente empregado no campo científico, refere-se a um conhecimento ou modo de fazer que ainda não foi validado cientificamente. Buscou-se resgatar, aqui, a categoria experiência na forma como é empregada pelos próprios agentes do campo agroecológico, geralmente com uma conotação positiva, afirmando, entre outras coisas, a capacidade de inovação dos indivíduos e grupos engajados nas ações orientadas pelos princípios da Agroecologia.

<sup>9</sup> Esses participantes, no momento da inscrição, se auto-identificaram como extrativistas, agricultores familiares, quilombolas, indígenas, agricultores urbanos e artesãos.

drado no levantamento realizado pela Secretaria Executiva da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) na categoria *técnicos* (43% dos inscritos), era composto por técnicos de ONGs, gestores públicos, agentes de pastoral, extensionistas ligados a órgãos públicos de extensão rural, agentes de saúde, professores e consumidores. A presença das mulheres no encontro foi, também, bastante significativa, atingindo um percentual equivalente a 46% do número total de participantes.<sup>10</sup>

Uma das atividades preparatórias ao II ENA foi a construção do *Mapa das Expressões da Agroecologia*. Um esforço concentrado de identificação e mapeamento de experiências, coordenado pela ANA, e mobilizando diferentes entidades, permitiu, em um período bastante curto de tempo – dois a três meses – a identificação de 1.011 iniciativas em todas as regiões do país. Quando o mapa foi apresentado no II ENA, já era consenso que as nuvens de pontos que representavam a presença de experiências, distribuídas em todo o território brasileiro, contemplavam apenas parte das inúmeras ações de inovação socioambiental em curso no país e eram o resultado de mais de duas décadas de experimentação e articulação social e política. O esforço inicial de identificação das experiências havia cumprido, no entanto, seu objetivo principal: demonstrar a capilaridade e abrangência dessas ações locais, bem como a capacidade de irradiação do enfoque agroecológico como uma referência de manejo dos agroecossistemas e de organização social e comunitária.<sup>11</sup>

De forma similar à que foi descrita, anteriormente, em relação à *Economia Solidária*, no Brasil a construção do campo agroecológico resulta da confluência histórica entre diferentes trajetórias de crítica e mobilização social em reação aos impactos sociais e ambientais gerados pelo processo de modernização da agricultura ocorrido no Brasil a partir dos anos 1970.<sup>12</sup>

Se na década de 1980 as bases de sustentação da chamada *agricultura alternativa* estiveram mais fortemente ancoradas em determinadas vertentes do movimento ambientalista e no posicionamento político de profissionais das ciências agrárias que buscavam questionar as bases científicas da chamada *agricultura convencional*<sup>13</sup>, no período seguinte esse cenário se modifica. Verifica-se, nesse momento, a emergência, em distintos contextos locais, de um rico repertório de práticas técnico-produtivas e de organização econômica e social que buscam incorporar, em seu horizonte prático e conceitual de intervenção, a crítica ao chamado *pacote tecnológico da Revolução Verde* ou, de uma forma mais ampla, ao *modelo de desenvolvimento imposto pela modernização da agricultura e do mundo rural*. Essa crítica não irá se restringir apenas às práticas tecnológicas da *agricultura moderna*, estendendo-se, também, aos ordenamentos políticos, econômicos e sociais impostos pelas trajetórias dominantes de desenvolvimento.

Na prática, esses processos de experimentação e inovação irão assumir diferentes formatos, ganhando materialidade em um conjunto bastante heterogêneo de ini-

<sup>10</sup> Os dados referentes ao perfil dos participantes do Encontro foram organizados por Rosângela Cintrão, Secretária Executiva da ANA no período de realização do II ENA.

<sup>11</sup> O conceito de experiência que orientou o mapeamento definiu a experiência em Agroecologia como uma estratégia familiar ou coletiva de utilização/incorporação de princípios agroecológicos ao manejo dos agroecossistemas e ecossistemas naturais associados e aos processos de organização social e comunitária.

<sup>12</sup> Para uma reconstituição detalhada do processo de incorporação da questão agroecológica à agenda de diferentes atores sociais rurais, ver LUZZI (2007). Ver também PETERSEN e ALMEIDA (2004).

<sup>13</sup> Como expressão dessa fase, cabe mencionar, aqui os Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAAAs), realizados nos anos de 1981, 1984, 1987 e 1988 e que se constituíram como um espaço importante de articulação.

ciativas: redes de agricultores(as) experimentadores(as), circuitos de produção, processamento e consumo de alimentos produzidos em bases ecológicas ou oriundos de sistemas produtivos *em transição*; acordos comunitários de pesca ou de manejo de terras de uso comum; bancos comunitários de sementes, entre outras.

Uma parte importante dessas práticas sociais identificar-se-á como portadora de um referencial comum, a *Agroecologia*, termo que passa a incorporar, tanto no discurso dos protagonistas dessas iniciativas como na literatura existente sobre o tema, diferentes níveis de significação. Em alguns contextos, será identificada como uma disciplina científica (ou campo de conhecimento), que tem como objeto a *aplicação de princípios ecológicos ao desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis* (Gliessman, 1997). O enfoque agroecológico tem sido traduzido, também, como o *manejo ecológico dos recursos naturais, através de formas de ação coletiva, para o estabelecimento de sistemas de controle participativo e democrático no âmbito da produção e da circulação* (Guzmán, 2003). Vem sendo definido, ainda, como a *abordagem de gestão produtiva dos recursos naturais mais apropriada para o alcance da sustentabilidade da produção familiar* (ENA, 2002). Em outros momentos, a *Agroecologia* é vista como um novo modo de vida rural, capaz de conjugar valores, *qualidade de vida, trabalho, renda, democracia, emancipação política, em um mesmo processo* (PÁDUA (relat.), p. 7) ou, ainda, *como uma ferramenta de resistência dos camponeses e camponesas na proposição de outro projeto de agricultura* (MMC, Brasil, s/d).

É importante perceber, no entanto, que o termo não abarca e nem sintetiza o conjunto das práticas, sentidos e identidades que emergem nesse movimento de crítica e resistência aos modos de organização impostos pela modernização conservadora da agricultura brasileira. Designações como agricultura ecológica, convivência com o semiárido, extrativismo sustentável, policultivos, carregadas de significação em seus contextos de origem, não são passíveis de redução a um único conceito. O mesmo ocorre com as diferentes identidades socioculturais (geraiseiros, catingueiros, ribeirinhos, faxinalenses, quebradeiras de coco, etc.), afirmadas nas lutas em defesa de determinados territórios e modos de vida.

A impossibilidade de reduzir atores, práticas e processos organizativos a um único enquadramento parece reforçar a ideia de que o que está em questão quando se trata de *Agroecologia* não é apenas o processo técnico de conversão de sistemas convencionais de produção em sistemas produtivos diversificados e menos dependentes de insumos externos. A chamada transição agroecológica implica, ao mesmo tempo, na reconexão da agricultura aos ecossistemas locais, na defesa de territórios e de formas sustentáveis de vida (vinculadas, em muitos casos, a formas de manejo e de gestão dos recursos naturais características de povos e comunidades tradicionais) e no fortalecimento da autonomia dos produtores(as) familiares na produção e reprodução de sua base de recursos.

Vale destacar que, no Brasil, o processo de constituição do que hoje identificamos como campo agroecológico mobilizou, com diferentes níveis de engajamento e em diversas escalas, não apenas organizações formais de camponeses e agricultores (as) familiares. O sucesso de muitas dessas iniciativas esteve fortemente relacionado à sua capacidade de mobilizar e ativar laços de proximidade, reciprocidade e parentesco, presentes no dia-a-dia das comunidades rurais<sup>14</sup>, fortalecendo estratégias individu-

---

<sup>14</sup> Para uma análise aprofundada sobre o tema da reciprocidade nas comunidades camponesas, ver: SA-BOURIN (2009).

ais ou coletivas de reprodução econômica e social e de manejo dos recursos naturais que já vinham sendo desenvolvidas pelos próprios produtores(as) familiares.

Esse processo tornou visível o fato de que, mesmo em regiões marcadas por forte presença de uma agricultura familiar modernizada, a lógica mercantil capitalista não dominava, necessariamente, todas as dimensões da vida social. Trocas de sementes, práticas de ajuda mútua, estratégias comunitárias de manejo dos recursos naturais, redes de intercâmbio de conhecimentos e informações regidas por princípios não mercantis, continuavam a existir nas comunidades rurais, resistindo às inúmeras pressões desencadeadas pelos ordenamentos econômicos, sociais, políticos e territoriais impostos pelo processo de modernização da agricultura e pela liberalização dos mercados de produtos agrícolas ocorrida a partir do final dos anos 80.

A construção dessas referências locais de geração e disseminação de princípios e práticas identificados, em diferentes níveis, com a *Agroecologia*, foram, sem dúvida, um fator decisivo para que, pouco a pouco, a ideia de que, também do ponto de vista tecnológico, *uma outra agricultura é possível* passasse a penetrar de uma forma mais expressiva o universo político dos movimentos sociais, possibilitando uma articulação mais estreita dessas organizações com os demais atores, que hoje constituem o chamado campo agroecológico.

Na última década, os Encontros Nacionais de Agroecologia, as Jornadas de Agroecologia realizadas no estado do Paraná, o surgimento da ANA e da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia) contribuíram para consolidar algumas convergências que hoje alimentam os processos de articulação do campo agroecológico em suas diferentes expressões.

O fortalecimento das experiências agroecológicas de produção familiar, o *enfrentamento do modelo de desenvolvimento do agronegócio apoiado no latifúndio e nos monopólios agroindustriais e financeiros e a radical reorientação das políticas de desenvolvimento para que estejam voltadas ao fortalecimento das iniciativas e projetos coletivos gestados pelas organizações da sociedade civil* (Carta Política do II ENA), apontados na Carta Política do II Encontro Nacional de Agroecologia, figuram como boa síntese dos eixos unificadores do campo agroecológico em sua diversidade.

## 2. Empreendimentos de Economia Solidária e experiências de promoção da Agroecologia: interfaces

*"Os camponeses pobres [agricultores familiares], que na Revolução Industrial foram excluídos da grande produção, foram considerados obsoletos. E agora, pelo contrário, eles são o que há de mais moderno e necessário"<sup>15</sup>*

Paul Singer

Os dados disponíveis no Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), atualizados em 2007, demonstram que 10.513 empreendimentos de Economia Solidária mapeados pelo sistema, de um universo total de 21.763 empreendimentos, ou

<sup>15</sup> Ver: <http://www.mds.gov.br/noticias/paul-singer-a-agroecologia-e-a-coisa-mais-extraordinaria-que-esta-acontecendo-hoje-no-mundo/view>. Consultado em setembro de 2009.

seja, 48,3% do total, declararam ter como espaço de atuação o meio rural. Outros 17% responderam que estavam atuando tanto na área urbana como na área rural, sendo os demais empreendimentos de base eminentemente urbana.

Entre as cinquenta atividades econômicas mais citadas pelos empreendimentos identificados aparecem, respectivamente, em primeiro e segundo lugar, *atividades de serviços relacionados com a agricultura e cultivo de outros produtos de lavoura temporária*. Na listagem, são mencionadas ainda, como atividades importantes para a economia dos empreendimentos recenseados, o *cultivo de cereais para grãos* (4º lugar), o *cultivo de hortaliças, legumes e outros produtos da horticultura* (5º lugar), a *criação de animais* (6º lugar), a *produção mista (lavoura e pecuária)* (7º lugar), entre outras. Dos cinquenta itens indicados na tabela, quinze deles referem-se a atividades diretamente relacionadas à produção agropecuária ou à prestação de serviços ligados à agricultura e à criação de animais. Foram arrolados, além disso, oito itens envolvendo beneficiamento e processamento de produtos agrícolas ou, ainda, a fabricação de alimentos, tais como a *fabricação de farinha de mandioca e derivados* (9º lugar), a *fabricação de produtos de padaria, confeitaria e pastelaria* (14º lugar), o *beneficiamento de arroz e fabricação de produtos de arroz* (43º lugar) e atividades semelhantes. Outras formas de empreendedorismo solidário como a tecelagem, o artesanato em couro, a comercialização de alimentos, sugerem também vínculos (reais ou potenciais) entre a *Economia Solidária* e a produção agropecuária. Vale destacar, no entanto, que o fato de um empreendimento estar no meio rural não revela, necessariamente, a existência de um vínculo direto entre a atividade produtiva desenvolvida pelo grupo e a agricultura.

**A construção dessas referências locais de geração e disseminação de princípios e práticas identificados, em diferentes níveis, com a Agroecologia, foram, sem dúvida, um fator decisivo para que, pouco a pouco, a ideia de que, também do ponto de vista tecnológico, uma outra agricultura é possível passasse a penetrar de uma forma mais expressiva o universo político dos movimentos sociais...**

Entre os dez principais produtos ou serviços gerados pelos empreendimentos de *Economia Solidária* identificados pelo recenseamento, seis deles (milho, feijão, arroz, farinha de mandioca, leite e hortigranjeiros) são produtos agrícolas. Na lista dos cinquenta insumos ou matérias-primas mais utilizadas pelos empreendimentos aparecem as sementes (2º lugar), os adubos (4º lugar) e a ração para animais (7º lugar). Produtos de origem agrícola como a farinha de trigo, a mandioca, o açúcar, o leite, etc. aparecem também como insumos necessários à produção, sendo que, na grande maioria dos casos (cerca de 41% do número total de respostas dadas a esse item,

considerando três ordens de importância), os insumos e matérias-primas utilizados pelos empreendimentos são adquiridos de empresas privadas.

Essa rápida mirada nas informações disponíveis em relação aos empreendimentos solidários sugere, antes de tudo, que as formas associativas de organização para fins econômicos, identificadas com a *Economia Solidária*<sup>16</sup>, estão fortemente presentes no meio rural, também mantendo vínculos importantes com a atividade agrícola propriamente dita. Mostram, além disso, que vários dos insumos utilizados pelos grupos de produção poderiam ser produzidos e comercializados de forma direta por agricultores(as) familiares, havendo, portanto, um potencial muito grande a ser explorado do ponto de vista da integração entre os diferentes empreendimentos e, destes, com camponeses e agricultores(as) familiares, organizados (as) ou não através de formas associativas.

No SIES as atividades desenvolvidas por agricultores(as) familiares são enquadradas como empreendimentos de *Economia Solidária* desde que apresentem um caráter coletivo, autogerido e suprafamiliar. Para participação no FBES os critérios são praticamente os mesmos. As resoluções da IV Plenária da Economia Solidária, em seu Capítulo 3, referente à *Natureza, Estrutura e Forma de Funcionamento do FBES* estabelecem ainda que: *comunidades tradicionais (ribeirinhos, quilombolas, pescadores etc.) podem ser consideradas empreendimentos solidários se, de fato, tiverem uma ação econômica coletiva (FBES, 2008).*

As informações do SIES não permitem visualizar, no entanto, de forma segura, em que medida todos os empreendimentos identificados como *empreendimentos com atuação na área rural* são integrados por camponeses, agricultores(as) familiares, extrativistas e/ou povos e comunidades tradicionais. No item relativo à participação dos empreendimentos em movimentos sociais e populares, 5.680 deles declararam participar do movimento sindical (rural ou urbano), 4.646 do movimento de luta pela terra e agricultura familiar e 2.812 do movimento ambientalista<sup>17</sup>, o que sugere a existência de imbricações importantes entre o *movimento de Economia Solidária* e os movimentos sociais de trabalhadores do campo.

Os dados atualmente disponíveis não permitem, no entanto, nenhum tipo de inferência, de ordem mais quantitativa sobre quantos empreendimentos de *Economia Solidária* têm a *Agroecologia* como referência prática e conceitual em suas atividades. No Atlas da Economia Solidária 2007<sup>18</sup>, é possível encontrar uma seção específica na qual estão contidos dados referentes à responsabilidade ambiental dos empreendimentos. Na pesquisa realizada em 2007, 6.144 empreendimentos declararam desenvolver uma produção sem agrotóxicos. Destes, 47% estavam localizados na região Nordeste e cerca de 17% na Região Sul. Em comparação, 7.121 empreendimentos realizavam o tratamento dos resíduos gerados por suas atividades e 634 tinham

<sup>16</sup> Segundo Motta, os empreendimentos de Economia Solidária foram definidos no Guia de Procedimentos do SIES como organizações coletivas e suprafamiliares (...) cujos participantes exercem a gestão coletiva das atividades e da alocação de recursos; permanentes e não práticas eventuais; que podem dispor ou não de registro legal; que exercem atividade econômica (...) que seja a 'razão de ser' do empreendimento; e podem ser singulares ou complexas. MOTTA, Eugênia. *O Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária: quantificando uma outra economia*. Palestra apresentada durante a I Jornada de Estudos Sociais da Economia, co-organizada pelo CESE/IDAES e o NUCeC do Museu Nacional da UFRJ, julho de 2006.

<sup>17</sup> Informações obtidas através do SIES. Ver: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>. Consultado em outubro de 2009.

<sup>18</sup> Ver: <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/AtlasESmenu.html>. Consultado em outubro de 2009.



como prática o reaproveitamento de materiais. O significado deste dado – 6.144 empreendimentos que desenvolvem uma produção sem agrotóxicos no âmbito da *Economia Solidária* – precisaria ser interpretado à luz de um conjunto mais amplo de informações, ainda não disponíveis. De qualquer modo, não nos parece um número tão pequeno, considerando terem sido mapeados, no Brasil, segundo o levantamento do SIES (2007), cerca de 21.000 empreendimentos de *Economia Solidária*.

Sabe-se, ainda, que a presença das organizações de *Economia Solidária* nos espaços de articulação do campo agroecológico também é bastante significativa, como fica demonstrado pelos dados relativos às organizações participantes do II ENA. Das 753 organizações arroladas pelas fichas de inscrição, 25% foram identificadas como associações ou cooperativas, o que não significa, sobretudo no caso das associações, que todas elas tenham finalidades econômicas. Para além das organizações incluídas nessas categorias (associações, cooperativas de produção, cooperativas de serviços e cooperativas agroextrativistas), identifica-se, ainda, um conjunto formado por outras 102 organizações que, dependendo de suas características, também poderiam integrar o universo da *Economia Solidária* (organizações de mulheres, organizações comunitárias ou grupos informais, organizações quilombolas, organizações indígenas, organizações de consumidores de produtos orgânicos e organizações diversas enquadradas na categoria *outras*). Não seria demais pensar, portanto, que pelo menos 30% das organizações presentes no II ENA pudessem ser descritas como empreendimentos de *Economia Solidária*. Cabe registrar, além disso, a presença de um número significativo de organizações governamentais, movimentos sociais, entidades pastorais ou eclesiais, redes ou articulações, universidades, apenas para mencionar algumas das categorias construídas a partir das fichas de inscrição dos participantes do encontro de Recife, que possuem uma atuação também no campo da *Economia Solidária*.

Para além dessa ou daquela categoria, desse ou daquele critério de enquadramento, o que o quadro anteriormente desenhado parece indicar, em primeiro lugar, é que a integração/interface entre a *Agroecologia* e a *Economia Solidária* enquanto campos de articulação já existe, o que não significa que uma identidade possa ser reduzida à outra. É possível visualizar, além disso, algumas complementaridades e possibilidades de fortalecimento mútuo em temas importantes, em torno dos quais já existe o debate, destacando: (i) a integração entre a produção, o processamento, a comercialização e o consumo em uma perspectiva solidária, considerando, por exemplo, que boa parte dos insumos e matérias-primas são hoje adquiridos de empresas privadas; (ii) a questão ambiental e suas relações com a economia, o que poderia conferir uma maior amplitude à discussão sobre a responsabilidade ambiental; (iii) a temática do abastecimento e da segurança alimentar e nutricional. Por fim, uma questão que permanece em aberto é o fato de que as unidades produtivas familiares, tomadas de forma individual, não são consideradas como um empreendimento de *Economia Solidária*. No meio rural, as formas de ajuda mútua e de gestão coletiva de recursos naturais nem sempre se consolidam na formação de um grupo, de caráter permanente e com uma finalidade econômica claramente definida.

### 3. Conteúdos e estratégias recentes

Seria um equívoco tentar reduzir as práticas alternativas e as dinâmicas de organização voltadas à construção de uma *nova economia* aos conteúdos e estratégias políticas das organizações que hoje se encontram engajadas na construção de um

movimento de *Economia Solidária* de abrangência nacional. Da mesma forma, a transição para formas sustentáveis de manejo e gestão dos recursos naturais, na agricultura e no meio rural, não pode ser pensada como um processo linear e nem reduzida às definições políticas das redes e articulações que trabalham na promoção da *Agroecologia* e que hoje se identificam como parte do campo agroecológico. As práticas produtivas e formas de sociabilidade que animam a vida dos empreendimentos de *Economia Solidária* e das experiências em *Agroecologia*, nas diferentes regiões do país, perpassam essas expressões políticas e organizativas, mas, ao mesmo tempo, às transcendem, gerando dinâmicas econômicas, organizativas e de articulação política que ampliam as fronteiras dos próprios movimentos em sua configuração política atual.

Essa constatação em nada diminui o significado político dos processos de articulação em nível nacional ora em andamento, tanto na *Agroecologia* como na *Economia Solidária*. Os últimos anos foram extremamente ricos para ambos os movimentos/ campos de articulação, tanto no que se refere à construção e sedimentação de princípios, como no que tange à formulação e implementação de estratégias de ação. Os documentos elaborados nos Encontros Nacionais de Agroecologia (I ENA e II ENA) e nas Plenárias Nacionais da Economia Solidária refletem, em boa medida, esse esforço de construção. Produto de uma confluência entre distintas posições e de um esforço de diálogo entre atores bastante diversos traduzem também, experiências compartilhadas, esperanças e convergências, revelando as várias intersecções existentes entre os dois campos.

Trataremos a seguir de alguns temas que assumem destaque nos debates da *Economia Solidária* e da *Agroecologia*, com especial atenção para o *dilema dos mercados*, a *relação com as políticas públicas* e os *desafios da sustentabilidade*. Não se trata de cristalizar uma imagem ou algum tipo de posicionamento em relação ao modo como esses focos temáticos vêm sendo abordados pelos diferentes atores, mas, principalmente, lançar um olhar cruzado sobre as formas como essas problemáticas vêm sendo abordadas.

### 3.1 O dilema dos mercados

Como já observamos anteriormente, a ideia de que é possível e necessário trabalhar na construção de uma *outra economia*, baseada em uma nova ética e em novas relações de trabalho e de gestão dos meios de produção, envolve a afirmação de valores e práticas distintos da lógica mercantil capitalista. Da mesma forma, a construção de uma agricultura sustentável alicerçada na produção camponesa aponta para um processo de mudança social e tecnológica, orientado por outros princípios



que não, simplesmente, o aumento da produtividade e a busca de rendimentos econômicos crescentes. Ao mesmo tempo, tanto os empreendimentos de *Economia Solidária* como as experiências em *Agroecologia* deparam-se, no seu dia a dia, com uma sociedade intensamente colonizada pelas relações de mercado capitalistas, ainda que outras lógicas econômicas (da partilha, da reciprocidade) não tenham deixado de existir.

A Carta Política do II ENA expressa, de forma clara, essa tensão entre o mercado capitalista existente e as formas de intercâmbio, baseadas na reciprocidade, que os atores do campo agroecológico desejam construir, indicando, ao mesmo tempo, alguns princípios que deveriam orientar a atuação dos produtores(as) familiares e suas organizações em suas relações com os mercados:

*Os mercados, na sua configuração hegemônica atual, representam o principal instrumento de expressão e de reprodução do agronegócio. A construção da Agroecologia implica o desenvolvimento de novos valores que fundamentam as relações dos trabalhadores e trabalhadoras no campo com os mercados.<sup>19</sup>*

São apontados ainda, no mesmo documento, como princípios orientadores das estratégias de organização e comercialização os seguintes itens: (i) a visão dos mercados como um meio de realização de trocas econômicas e não como um fim em si mesmo; (ii) que o produto ecológico deve ser acessível a todos e todas; (iii) que as novas relações com os mercados devem ser estabelecidas em bases éticas e solidárias e fundamentadas em alianças entre produtores(as) e consumidores(as); (iv) que as atividades produtivas voltadas para os mercados devem ser desenvolvidas de forma a garantir e fortalecer as produções orientadas para o autoconsumo das famílias produtoras.

As Resoluções da IV Plenária Nacional de Economia Solidária também fazem menção à necessidade de *alterar os mecanismos de funcionamento dos mercados e das atividades econômicas*, através de diferentes estratégias, chamando atenção, ao mesmo tempo, para a necessidade de que essas atividades possam dar *um retorno imediato aos empreendimentos solidários*:

*Um dos desafios está justamente em construir uma diversidade de estratégias para a alteração dos atuais mecanismos de funcionamento do mercado e das atividades econômicas, que, ao mesmo tempo, dêem um retorno imediato aos empreendimentos solidários para que a Economia Solidária aconteça concretamente e mostre seus resultados e suas vantagens para a sociedade brasileira.<sup>20</sup>*

Um elemento comum a essas duas visões é a percepção de que o dilema dos mercados não envolve apenas uma questão de *produtos*, mas, sim, de *processos*, ou seja, o que está em jogo são as relações sociais que perpassam a produção, o processamento e a distribuição dos produtos oriundos dos empreendimentos de Economia Solidária ou da produção familiar agroecológica.

As políticas públicas, a articulação em rede, a valorização das relações diretas entre produtores e consumidores, o acesso às compras governamentais como instrumento de desenvolvimento econômico e social e a construção de formas solidárias de financiamento da produção aparecem como elementos comuns às estratégias dos dois movimentos.

<sup>19</sup> Carta Política do II Encontro Nacional de Agroecologia.

<sup>20</sup> FBES. IV Plenária Nacional de Economia Solidária. Relatório final. Junho de 2008.

A identificação dessas convergências não deve obscurecer, no entanto, duas constatações importantes: (1) que não existe um posicionamento único nem no campo da *Economia Solidária* nem da *Agroecologia* no que diz respeito às estratégias de acesso e de construção de novos mercados. As visões variam bastante dependendo do contexto onde se situam os empreendimentos ou as experiências, mas, também, em função de diferenças de percepção em relação a como deverá se dar o processo de construção social desses novos circuitos de produção e consumo; (2) que o debate sobre a sustentabilidade ambiental dessa nova economia é um elemento-chave na discussão sobre os mercados e que o problema da transição para uma economia de base sustentável não se resolve apenas pela construção de mercados diferenciados para determinados produtos. Esse tema será retomado na seção referente aos desafios da sustentabilidade.

A questão da construção de um mercado de produtos diferenciados, seja para produtos orgânicos ou agroecológicos, seja para os produtos da *Economia Solidária* figura, sem dúvida, como um elemento importante nessa discussão.

Nas diferentes partes do mundo, a construção de um mercado especial para os produtos orgânicos teve como ponto de partida o desejo dos consumidores de ter acesso a produtos mais saudáveis e o desejo dos agricultores e agricultoras de *verem reconhecidos seus esforços de produzir sem as difundidas facilidades do modelo convencional* (Meirelles, 2003). Como aponta Meirelles, *aquilo que era, inicialmente, fruto da vontade dos produtores de ter uma marca que identificasse seu trabalho, tornou-se um emaranhado de leis, normalizações, credenciamentos, contratos, certificados, selos e interesses comerciais poderosos.*

No Brasil, a legislação que regulamenta a produção, comercialização e certificação de produtos orgânicos (Lei 10.831/2003 e seus dispositivos de regulamentação) não surgiu, pelo menos em princípio, como uma demanda das organizações. Na prática, a construção desse mercado diferenciado já vinha se dando por iniciativa dos próprios produtores(as) – identificados como *orgânicos, ecológicos* ou *agroecológicos* – e das diferentes organizações envolvidas na produção, processamento, comercialização e consumo de produtos *limpos (orgânicos, ecológicos, agroecológicos, sem agrotóxicos, ou outras designações).*

O processo de articulação e mobilização que se desencadeou em torno do debate sobre a legislação por parte das organizações identificadas com a *Agroecologia* foi fortemente pautado pela preocupação de que as novas normas poderiam restringir o acesso dos camponeses, agricultores e agricultoras familiares e extrativistas a esse mercado, excluindo aqueles que não tivessem condições de mobilizar os recursos econômicos e organizativos necessários para entrar em conformidade com as novas regulamentações. A crítica à *certificação por terceiros* como a única forma de certificação passível de reconhecimento logo se fez presente. Em 2002, por exemplo, o tema seria abordado na Carta Política do I ENA nos seguintes termos:

*Embora a produção ecológica possa ser tão rentável quanto a convencional, ou até mais, ela pode ter custos de comercialização mais elevados enquanto a oferta for baixa. Esse fato, aliado à existência de crescente demanda por produtos de qualidade, produzidos sem o uso de adubos químicos, agrotóxicos e organismos transgênicos, tem levado à formação de preços mais elevados para esses produtos. Enquanto durar essa circunstância é legítimo que se busquem mecanismos que confirmem credibilidade*

*às transações comerciais e estabeleçam sinergias entre o consumidor e a produção familiar ecológica por meio da certificação de qualidade do produto e do processo de produção. A certificação, no entanto, não pode ser monopólio de uns poucos e deve adequar-se às necessidades e possibilidades de todos os consumidores e das famílias produtoras interessadas nesse mercado, baseando-se na ética e na construção de uma relação de confiança entre produtores e consumidores.<sup>21</sup>*

A mobilização das diferentes organizações e o diálogo estabelecido com os órgãos governamentais responsáveis pela construção das novas regulamentações, no caso, o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, possibilitou que as normas brasileiras reconhecessem outros mecanismos de avaliação de conformidade como os sistemas participativos de garantia (SPGs) e, no caso da comercialização direta, as organizações de controle social (OCSs).<sup>22</sup>

O processo de implantação dessa legislação ainda se encontra, no entanto, em andamento e seus impactos ainda não se fizeram sentir, de uma forma mais efetiva, sobre os produtores(as) familiares e grupos de produção que hoje atuam nesse mercado. Várias organizações, a exemplo da Rede Ecovida de Agroecologia<sup>23</sup>, estão engajadas no esforço por adequar seus procedimentos de avaliação de conformidade às normas que regulamentam os SPG's. Ao que tudo indica, mesmo no caso da chamada *certificação participativa*, a adequação ao novo marco legal exige um esforço considerável.

Na *Economia Solidária*, a demanda pela construção de um mercado diferenciado para os produtos e serviços aparece de uma forma mais clara. Indicações sobre o tema estão presentes no Relatório Final da IV Plenária Nacional de Economia Solidária, contemplando, inclusive, a referência a sistemas participativos de garantia:

*(...) a identidade e o reconhecimento dos produtos e serviços da Economia Solidária por parte dos consumidores são de fundamental importância. Dentre as*

<sup>21</sup> Carta Política. I Encontro Nacional de Agroecologia.

<sup>22</sup> Nos termos do Decreto nº 6.323/2007, Sistemas Participativos de Garantia da Qualidade Orgânica (SPGs) são definidos como as atividades desenvolvidas em determinada estrutura organizativa visando assegurar a garantia de que um produto, processo ou serviço atende a regulamentos ou normas específicas e que foi submetido a uma avaliação de conformidade de forma participativa. Ver: Decreto 6.323/2007, em [http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/PAGE/MAPA/MENU\\_LATERAL/AGRICULTURA\\_PECUARIA/PRODUTOS\\_ORGANICOS/AO\\_LEGISLACAO/DECRETO%206323.PDF](http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/PAGE/MAPA/MENU_LATERAL/AGRICULTURA_PECUARIA/PRODUTOS_ORGANICOS/AO_LEGISLACAO/DECRETO%206323.PDF). Na Instrução Normativa nº 19, de 28 de maio de 2009, os diferentes mecanismos de controle e informação da qualidade orgânica são tratados de forma bastante detalhada. No caso dos SPGs, o controle social deverá ser fruto da participação direta de seus membros, que estabelecem e dinamizam ações coletivas de avaliação da conformidade dos fornecedores à regulamentação da produção orgânica. No que diz respeito à comercialização direta, o controle social deverá se dar pela participação do agricultor em uma organização de controle social (OCS), cadastrada no Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, a qual deverá possuir processo próprio de controle, estar ativa e garantir o direito de visita pelos consumidores assim como o livre acesso do órgão fiscalizador às unidades de produção a ela vinculadas. O reconhecimento das OCSs como mecanismos de controle social nos processos de comercialização direta também tem sido considerado como um avanço da legislação brasileira se comparado às legislações vigentes em outros países. Ver: [http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/PAGE/MAPA/MENULAERAL/AGRIULTURA\\_PECUARIA/PRODUTOSORGANICOS/AO\\_LEGISLACAO/MECANISMOS%20DE%20GARANTIA.28.05.2009.%20VERS%C3O%20PUBLICADA\\_0.PDF](http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/PAGE/MAPA/MENULAERAL/AGRIULTURA_PECUARIA/PRODUTOSORGANICOS/AO_LEGISLACAO/MECANISMOS%20DE%20GARANTIA.28.05.2009.%20VERS%C3O%20PUBLICADA_0.PDF).

<sup>23</sup> A Rede Ecovida de Agroecologia é composta por agricultores familiares, técnicos e consumidores organizados em associações, cooperativas e grupos informais que, juntamente com pequenas agroindústrias e pessoas comprometidas com a Agroecologia, tem como objetivos desenvolver e multiplicar iniciativas, estimular o trabalho associativo na produção e consumo de produtos ecológicos e ter uma marca e um selo como expressão de compromisso e qualidade. Atualmente, a Rede Ecovida está presente nos estados do RS, SC, PR e SP, tendo sido pioneira na implantação de formas participativas de certificação e constituindo-se como uma referência internacional nesse debate.

*formas de garantia, os sistemas participativos, por serem baseados na autogestão e envolverem os vários elos (produtores(as), consumidores(as) e comerciantes e distribuidores(as), contribuem para que o processo de certificação e a criação de identidade da Economia Solidária aconteçam por iniciativa e organização do próprio movimento de forma democrática e participativa. Além disso, esses sistemas têm forte elemento de apoio ao desenvolvimento local solidário, pois criam um ambiente e uma identidade dentro dos territórios, fortalecendo as cadeias curtas de produção, comercialização e consumo.*

Em julho de 2008, foi entregue oficialmente ao Ministério do Trabalho e Emprego uma proposta de normativa que busca consolidar princípios, parâmetros, atores, instâncias de gestão e controle do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário brasileiro. O projeto procura, ao mesmo tempo lançar as bases para a construção de um sistema de comércio com seus princípios, critérios e mecanismos de regulamentação, visando proporcionar *uma identidade aos produtos e serviços da Economia Solidária, agregando valor e conceito aos mesmos, e, assim, ampliando suas oportunidades de venda*<sup>24</sup> e propor uma política de estímulo a estas cadeias produtivas, com diferentes mecanismos de fortalecimento da produção, comercialização e consumo solidários. A normativa ainda se encontrava, no momento da elaboração desse texto, em processo de tramitação.

**A construção de mercados diferenciados, seja para produtos orgânicos ou agroecológicos, seja para os produtos da Economia Solidária, coloca no centro do debate algumas questões cruciais incluindo: (i) normas e critérios de enquadramento e seus possíveis impactos sobre práticas de comercialização já existentes; (ii) a capacidade desses novos mercados de garantir (ou não) a inclusão de grupos e produtores(as) com menor capacidade de mobilização de recursos políticos, econômicos e organizacionais; (iii) as relações entre o Estado e as organizações da sociedade civil, na gestão compartilhada desses mercados; (iv) a interação entre esses nichos ou segmentos de mercado e lutas mais abrangentes contra as diferentes formas de exploração do trabalho humano e dos recursos naturais impostas pelas relações mercantis capitalistas.**

---

<sup>24</sup> Uma apresentação detalhada da proposta do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário pode se encontrar no site da articulação Faces do Brasil, da qual participam diferentes entidades ligadas à Economia Solidária e ao debate sobre o Comércio Justo. Ver: <http://www.facesdobrasil.org.br/conhecafaces.html>.

Esses temas estão presentes, hoje, no debate que vem sendo conduzido pelas organizações do campo agroecológico e da *Economia Solidária*, sendo renovados no cotidiano pelos desafios práticos enfrentados pelos empreendimentos solidários e pelas experiências em *Agroecologia*.

No que se refere, especificamente, às relações que se estabelecem entre a produção familiar de base agroecológica e os diferentes mercados, o conhecimento acumulado na organização de feiras locais, na comercialização via mercado institucional, na interação com as cooperativas de consumidores, na venda dos produtos por meio de pequenos entrepostos ou mesmo de grandes supermercados, tende a reforçar a percepção que não é suficiente ter acesso a este ou aquele canal de comercialização. Mais do que isso, é preciso construir estratégias de mercado compatíveis com as características da produção agroecológica, em sua diversidade, sazonalidade e capacidade de agregação em termos de volume de produção.

A redução da dependência em relação ao mercado de insumos, decorrente dos métodos de manejo empregados, precisa caminhar passo a passo com um esforço de construção de mercados cujas características permitam potencializar a incorporação de princípios ecológicos à gestão produtiva dos sistemas agrícolas e à estrutura e funcionamento dos circuitos de distribuição dessa produção. O desenvolvimento de mercados locais e regionais, de forma a ampliar a capacidade de gestão e de controle social por parte dos agricultores e dos consumidores sobre os processos de comercialização, surge, aqui, como um elemento importante. Esse debate acerca da localização dos circuitos de produção e consumo incorpora, além disso, uma série de questionamentos em relação aos custos energéticos e ambientais associados aos circuitos globais de produção e consumo de alimentos.

Existem, ao mesmo tempo, muitas questões a serem resolvidas do ponto de vista do acesso aos recursos naturais – terra, água e biodiversidade – que incidem diretamente sobre a capacidade produtiva das famílias e dos grupos associativos e que não se resolvem pela via do mercado.

Outro fator importante a ser considerado refere-se à gestão dos empreendimentos associativos. Segundo diversos autores (Magalhães et al, 2004) (Gaiger, 2007), os empreendimentos de *Economia Solidária* teriam características próprias, demandando a construção de novos processos e ferramentas de gestão, de forma a compatibilizar suas características internas (autogestão, participação, reciprocidade) com sua inserção em um ambiente econômico onde predominam outras formas de racionalidade. O desenvolvimento de metodologias de gestão, a capacitação técnica e política dos membros



das iniciativas solidárias e a criação de um *Programa Nacional de Assistência Técnica em Economia Solidária* figuram já como objetivos estabelecidos pelas Plenárias Nacionais da Economia Solidária. Os dilemas enfrentados por esses empreendimentos são compartilhados, em maior ou menor grau, pelas organizações do campo da Agroecologia. O tratamento mais aprofundado desse tema foge aos limites desse trabalho. Trata-se, no entanto, de um núcleo de problematização de grande relevância tanto para os empreendimentos de Economia Solidária como para as organizações do campo agroecológico.

### 3.2 A relação com as políticas públicas

A luta por políticas públicas de apoio à produção, comercialização e consumo solidários<sup>25</sup> ou voltadas para o fortalecimento das diferentes formas de produção familiar agroecológica nos distintos contextos socioambientais<sup>26</sup> é, hoje, componente estratégico, tanto na atuação do movimento de Economia Solidária como na intervenção das organizações ligadas à Agroecologia. Como antes mencionado, o processo de articulação política das organizações ligadas à Economia Solidária resultou na criação, em 2003, de uma secretaria específica, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), que hoje desempenha um papel central na formulação, implementação e articulação de políticas voltadas a esse setor, em interação com diferentes órgãos governamentais. No campo da Agroecologia as ações encontram-se distribuídas em vários ministérios, com uma presença mais forte do Ministério do Desenvolvimento Agrário, algumas iniciativas no Ministério do Meio Ambiente e um Programa de Desenvolvimento da Agricultura Orgânica executado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Embora tenham adotado estratégias um pouco distintas e que refletem, sem dúvida, as dinâmicas específicas da Agroecologia e da Economia Solidária enquanto campos de articulação política, algumas questões parecem ser comuns a ambos os movimentos. Procuramos elencar, aqui, apenas algumas convergências que nos pareceram mais relevantes:

(i) a permanente tensão entre as diferentes iniciativas locais, sua escala, seus contextos, suas especificidades, e os enquadramentos e modos de operação, em muitos casos pouco flexíveis, impostos pelas políticas públicas;

(ii) a inadequação do marco legal que regulamenta o repasse de recursos governamentais às organizações da sociedade civil, visando o desenvolvimento de ações de interesse público. As formas de operacionalização de convênios e contratos hoje vigentes dificultam, em muito, a construção de arranjos inovadores de políticas públicas baseados em formas de ação conjunta envolvendo o Estado e as organizações da sociedade civil. Obstáculos importantes também vêm sendo enfrentados no que se refere à construção de mecanismos de financiamento adaptados à realidade dos empreendimentos solidários e capazes de servir como estímulo à transição para uma agricultura de base ecológica;

(iii) a pulverização das ações de governo relacionadas a cada um desses campos temáticos em diferentes órgãos governamentais sem que se identifiquem mecanismos eficientes de coordenação intersetorial das iniciativas;

<sup>25</sup> IV Plenária Nacional de Economia Solidária. Relatório final.

<sup>26</sup> Carta Política do II Encontro Nacional de Agroecologia.

## A luta por políticas públicas de apoio à produção, comercialização e consumo solidários ou voltadas para o fortalecimento das diferentes formas de produção familiar agroecológica nos distintos contextos socioambientais é, hoje, componente estratégico, tanto na atuação do movimento de Economia Solidária como na intervenção das organizações ligadas à Agroecologia.

124

(iv) a necessidade de estar permanentemente mobilizando forças e disputando o espaço das alternativas agroecológicas ou das iniciativas ligadas à *Economia Solidária*, em arenas políticas cada vez mais complexas. Esse tipo de atuação tem demandado um esforço muito grande das organizações, desde o nível local até o plano nacional;

(v) o esforço por traduzir os princípios, valores e propostas da *Economia Solidária* ou da *Agroecologia* para um universo social mais diverso – os consumidores, os gestores públicos, a sociedade em geral. A capacidade de dialogar com outros grupos sociais, de construir alianças, de dar visibilidade e legitimidade a essas propostas figura, cada vez mais, como um elemento fundamental na conquista e consolidação de políticas públicas em cada uma dessas áreas;

(vi) parecem existir, por fim, vários questionamentos sobre como articular uma atuação mais setorial, lutando por políticas públicas de atendimento a um público específico, com intervenções políticas de caráter mais abrangente, na defesa e ampliação dos direitos sociais e na luta por outro modelo de desenvolvimento. No caso específico da *Agroecologia* suas reivindicações estão imbricadas, e, muitas vezes, diluídas em um conjunto mais amplo de demandas relativas à agricultura familiar, e que nem sempre envolvem uma crítica mais explícita ao atual modelo de desenvolvimento em termos de sua sustentabilidade ambiental.

Do ponto de vista de suas agendas políticas, muitas são as interfaces: a questão do acesso dos produtores familiares ao mercado institucional, que se deu, inicialmente, através do *Programa de Aquisição de Alimentos* e, mais recentemente, com a aprovação da nova *Lei da Alimentação Escolar* é, sem dúvida, um tema comum a ambos os pólos de articulação. Mecanismos de financiamento, o aperfeiçoamento do marco legal do associativismo e do cooperativismo e a questão da assistência técnica aos empreendimentos com atuação no espaço rural também são temas comuns.

### 3.3 O desafio da sustentabilidade

A luta pela *construção de uma sociedade sustentável* também aparece, com maior ou menor grau de generalidade, como um núcleo comum de problematização, aproxi-

mando os movimentos. Esse tema, no entanto, ainda carece de um maior aprofundamento, tanto no que diz respeito à sustentabilidade ambiental dos empreendimentos de *Economia Solidária* como no que se refere aos vínculos existentes entre o enfoque agroecológico e o ambiente e a população urbanas.

O debate sobre o desenvolvimento local e a soberania e segurança alimentar no campo e na cidade são elos importantes nessa discussão. Trata-se de pensar um conjunto mais amplo de relações que se estabelecem no âmbito das chamadas *cadeias da Economia Solidária* e, também, para além delas. Torna-se necessário ver a economia nos termos da economia ecológica, ou seja, como fluxo de energia e materiais e não apenas como um fluxo monetário e como um ecossistema físico e global finito (Martinez Alier, 2007).

No caso dos agricultores familiares, a redefinição de suas relações com o meio ambiente é um elemento-chave na transformação de suas relações como os mercados, a jusante e a montante da produção agrícola. Ao mesmo tempo, o acesso a meios de produção, como a terra, a água e a biodiversidade, não envolve apenas um questão de *justiça econômica* incorporando, também, uma forte dimensão ambiental. Trata-se, além disso, de um tema estratégico para a ampliação do diálogo desses dois campos com outros segmentos sociais em temas como qualidade de vida, mudanças climáticas e riscos ambientais.

#### 4. Confluências, impasses e desafios

Ao longo do texto, procuramos explorar confluências, impasses e desafios que presentes no *mundo da Agroecologia* e no *mundo da Economia Solidária* como campos de contestação social e de construção de práticas alternativas. Muitos são os elos que ligam esses espaços de articulação, sendo que vários temas e questões comuns foram aqui levantados. Outros, no entanto, como, por exemplo, a participação das mulheres e as questões de raça e etnia, não foram sequer abordados nos limites desse artigo, o que não significa que não sejam extremamente importantes na construção social e política desses movimentos. Nas diferentes regiões do país e, também, no plano nacional, várias iniciativas de trabalho conjunto já se encontram em andamento, surgindo a partir de diferentes atores e em distintas escalas e, o que nos parece fundamental, cruzando as fronteiras, tantas vezes arbitrárias, entre o rural e o urbano, mobilizando questões tão importantes como o trabalho, a saúde, o alimento, a qualidade de vida e a construção de um mundo (ou mundos) mais solidário(s).

---

### Referências bibliográficas

---

I ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. Carta Política. I Encontro Nacional de Agroecologia – **Anais**. Rio de Janeiro, 30 de julho a 2 de agosto de 2002.

II ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Carta Política**. Recife, 2 a 6 de junho de 2006.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. IV Plenária Nacional de Economia Solidária. **Relatório final**. Junho de 2008.

---

- GAIGER, Luiz Inácio. A outra racionalidade da economia solidária: conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil. **Revista Críticas de Ciências Sociais**, v. 79, dez. 2007, p. 57-77.
- GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecology**: ecological processes in sustainable agriculture. Chelsea: Ann Arbor Press, 1997.
- GUZMÁN, Eduardo Sevilla. El marco teórico de la Agroecología. IN: GUZMÁN, E. S. **Desde el pensamiento social agrário**. Córdoba: Servicio de Publicaciones, Instituto de Sociología y Estudios Campesinos, Universidade de Córdoba, 2006. p 221-248.
- LUZZI, Nilsa. **O debate agroecológico no Brasil**: uma construção a partir de diferentes atores. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. 182 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 2007.
- MAGALHÃES, O. A. V. et al. Especificidades na gestão de empreendimentos na economia solidária: breve estado da arte sobre o tema. **Cadernos do SepAdm**, nº 1, 2004. p. 69-78.
- MEIRELLES, Laércio. **La certificación de productos orgánicos caminos y des-caminos**. Disponível em: [http://www.centroecologico.org.br/certificacao\\_participativa.php?id\\_categoria=8](http://www.centroecologico.org.br/certificacao_participativa.php?id_categoria=8). Consultado em outubro de 2009.
- MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.
- MOTTA, Eugênia de S. M. B. A “**outra economia**”: um olhar etnográfico sobre a economia solidária. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004. 102 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, 2004.
- MOTTA, Eugênia. **O Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária**: quantificando uma outra economia. Palestra apresentada durante a I Jornada de Estudos Sociais da Economia, co-organizada pelo CESE/IDAES e o NUCeC do Museu Nacional da UFRJ, julho de 2006.
- MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. **Agroecologia**: uma alternativa para a continuidade da vida. Folder. S/d.
- PÁDUA, J. A. (relat.). Seminário preparatório ao Encontro Nacional de Agroecologia realizado no Rio de Janeiro nos dias 27 e 28 de julho de 2001. Rio de Janeiro, agosto de 2001.
- PAULI, Jandir. **O poder nas redes de economia solidária**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. 179 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2006.
- PINTO, João Roberto Lopes. **Economia solidária**: de volta à arte da associação. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006

PETERSEN, Paulo e ALMEIDA, Sílvia Gomes. **Rincões transformadores**: trajetória e desafios do movimento agroecológico brasileiro – uma perspectiva a partir da Rede PTA. Versão provisória. Rio de Janeiro, abril de 2004.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil**: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTOS, Boaventura de Souza. Prefácio. In: SANTOS, B. de S. **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. de S. **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 83-129.